

Ano 11, Vol XXII, Número 2, jul-dez, 2018, Pág. 47-69.

MULHERES E RURALIDADE(S): NOMEAÇÕES E SENTIDOS EM MOVIMENTO

Lucas Luis de Faria & Jacy Côrrea Curado

RESUMO: Este artigo se insere aos estudos e pesquisas da Psicologia Social Comunitária que pressupõe a existência de múltiplos fazeres em psicologia, que produzem e são produzidos por distintas práticas discursivas. A pesquisa apresentada parte da concepção da emergência de nova(s) ruralidade(s) nos contextos rurais, reconhecendo a luta das mulheres na construção e participação de movimentos sociais para o estabelecimento de novas relações e os desafios que perpassam esse processo. Por meio da abordagem teórico metodológica do Construcionismo Social, que compreende as relações e interações como produzidas e produtoras de sentidos por meio da linguagem, objetivamos discutir as distintas nomeações em relação as mulheres em contexto(s) de ruralidade(s). E também como são articuladas as Práticas Discursivas e Produções de Sentidos nos processos de estruturação dessas inter-relações. Para analisar as nomeações historicamente atribuídas e reivindicadas para e pelas mulheres rurais discutimos as identidades políticas construídas pelos movimentos sociais do campo. Para esse propósito recorremos as contribuições das histórias dos Movimentos Sociais protagonizados por mulheres, e também das pesquisas com enfoque nas construções identitárias das mulheres em contexto(s) de ruralidade(s). Como recurso metodológico realizamos uma “Oficina de Sentidos” com mulheres do assentamento Eldorado 2, no município de Sidrolândia. Dessa atividade obtivemos um total de 48 repertórios associados à palavra assentamento, em que destacamos os seguintes sentidos: estrada, união, comunidade, família, artesanato e saúde. As reflexões produzidas pela pesquisa contribuem na construção de um olhar psicossocial para o campo das ruralidades, reconhecendo a importância da organização coletiva das mulheres e suas experiências de resistência.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária, Ruralidades, Mulheres, Movimento Social, Nomeações, Assentamento.

MUJERES Y RURALIDADE(S): NOMBRAMIENTOS Y SENTIDOS EN MOVIMIENTO

RESUMEN: Lo artículo se inserta a los estudios y investigaciones de la Psicología Social Comunitaria que presupone la existencia de múltiples haceres en psicología, que producen y son producidos por distintas prácticas discursivas. La investigación presentada parte de la concepción de la emergencia de nueva(s) ruralidades en los contextos rurales, reconociendo la lucha de las mujeres en la construcción y participación en los movimientos sociales para la creación de nuevas relaciones y los desafíos que ocurren en este proceso. Por medio de lo enfoque teórico metodológico del Construcionismo Social, que comprende las relaciones y interacciones como producidas e productoras de sentidos por medio de la lenguaje, discutimos los distintos nombramientos en relación a las mujeres en contexto(s) de ruralidade(s). Y también como son articuladas las Prácticas Discursivas e Producciones de Sentidos en los procesos de estructuración de las interrelaciones. Para analizar los nombramientos históricamente atribuidos y reivindicadas para y por las mujeres rurales discutimos las identidades políticas construidas por los movimientos sociales campesinos. Para esto proposito recurrimos las contribuciones y historia de los Movimientos Sociales protagonizados por las mujeres, y también las pesquisas com enfoque en las construcciones de la identidad de las mujeres en los contexto(s) de ruralidade(s). Como recurso metodológico realizamos una “Oficina de Sentidos” con las mujeres del asentamiento Eldorado 2, del municipio de Sidrolândia. De la actividad obtuvimos un total de 48 sentidos asociados a la palabra asentamiento, destacamos los repertorios: carretera, unión, comunidad, familia, artesanía y salud. Las reflexiones producidas por esta investigación contribuyen en la construcción de una mirada psicossocial para el campo de las ruralidades, reconociendo la importancia de la organización colectiva de las mujeres y sus experiencia de resistencia.

Palabras clave: Psicología Social Comunitaria, Ruralidades, Mujeres, Movimento Social, Nombramientos, Asentamiento.

WOMEN AND RURALITY: APPOINTMENTS AND MEANNINGS IN MOVEMENT

ABSTRACT: This article is part of the studies and researches of Social Community Psychology that presupposes the existence of multiple practices in psychology that produce and are produced by different discursive practices. This research believes in the conception of the emergence of new rurality in rural contexts, recognizing the struggle of women in the construction of their participation in social movements to establish new relationships and the challenges of this process. Through the theoretical methodological approach of Social Constructionism which includes the relationships and interactions as producers and produced of meanings through language, we aim to discuss the different appointments in relation to women inside the context of rurality. Also, how they are articulated to the Discursive Practices and Productions of Senses in the processes of structuring these interrelationships. To analyze the appointments historically attributed and claimed for and by rural women, we discuss the political identities built by the social movements of the countryside. For this purpose we have resorted to the contributions of Social Movements History carried out by women, as well as research focusing on the identity constructions of women in rurality context. As a methodological resource we conducted a “Meaning Workshop” with women from the Eldorado 2 settlement, in the Sidrolândia city. From this activity we obtained 48 repertoires associated with the word settlement which we highlight the following: road, union, community, family, crafts and health. The reflections produced by the research contribute to the construction of a psychosocial perspective for the field of ruralities, recognizing the importance of the collective organization of women and their experiences of resistance.

Keyword: Social Community Psychology; Rurality; Women; Social Movement; Nominations; Settlement.

1 As Ruralidades e a Psicologia Social.

Este artigo se insere no âmbito da pesquisa “Os Sentidos de 'Comunidade' e as Metodologias de Trabalho Social” do curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, realizada no período de agosto de 2015 a julho de 2016, período que estávamos inseridos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A pesquisa se alinha aos estudos da Psicologia Social Comunitária que pressupõe que toda psicologia não é una e singular, mas produzem e são produzidas por distintas práticas psicológicas e parte da concepção da emergência de nova(s) ruralidade(s) nos contextos rurais, reconhecendo a luta das mulheres na construção e participação de movimentos sociais para o estabelecimento de novas relações e os desafios que perpassam esse processo.

Por meio do uso da abordagem teórico metodológica do Construcionismo Social, que compreende as relações e interações como produzidas e produtoras de sentidos por meio da linguagem, objetivamos discutir as distintas nomeações em relação às mulheres

em contexto(s) de ruralidade(s). E como são articuladas as Práticas Discursivas e Produções de Sentidos nos processos de estruturação dessas inter-relações.

Para analisar as nomeações atribuídas e reivindicadas para e pelas mulheres rurais trazemos o debate sobre as identidades políticas construídas pelos movimentos sociais do campo, por meio dos quais em diferentes contextos e períodos as mulheres se organizam em luta para conquista e garantia de direitos. Para esse propósito recorreremos ao Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste (MMTR-NE), Movimento Mulheres Camponesas (MMC) e as pesquisas com enfoque nas construções identitárias das mulheres em contexto(s) de ruralidade(s).

Como recurso metodológico realizamos a “Oficina de Sentidos” com mulheres assentadas do assentamento Eldorado 2, no município de Sidrolândia, o que nos possibilitou ampliar o conhecimento em relação ao cotidiano das mulheres em contexto(s) de ruralidade(s). Como destacam Spink, Menegon e Medrado (2014, p. 33) as oficinas são usadas como “ferramentas ético-políticas privilegiadas, pois propiciam a criação de espaços dialógicos de trocas simbólicas e a construção de outras possibilidades de sentidos acerca das temáticas discutidas.”. Por meio dessa ferramenta metodológica e da leitura da área nos aproximamos da compreensão das complexidades que atravessam o cotidiano das mulheres, como a locomoção e mobilidade dentro e fora do assentamento, e a dificuldade de acesso aos direitos básicos como saúde e educação.

2 A Divisão Sexual do Trabalho e a Emergência para Nova(s) Ruralidade(s).

Ao nos propormos a discutir sobre o rural não entendemos este como um rural singular, homogêneo, atrasado ou a negação do urbano, mas como um espaço de construção e interações sociais específicas protagonizados por múltiplos sujeitos com aspectos históricos e culturais distintos. Portanto não falamos em um único espaço rural, e sim em ruralidades, de modo que seja entendido como as diferentes formas de ser e estar em contextos rurais (KARAM, 2004).

Os contextos e os sujeitos rurais vêm se modificando conforme o passar do tempo, do mesmo modo a relação que esses sujeitos possuem com o ambiente e entre si. Essa questão nos põe a pensar e discutir a emergência de novas ruralidades. Para isso adotamos a discussão das ruralidades como uma forma de viver e estar nos espaços

rurais, como aponta Karam (2004, p. 306) ruralidade “é entendida como um modo de vida, como uma sociabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano.”.

No campo da constituição das inter-relações das áreas rurais perpassam-se relações de poder estruturantes da sociedade, fundamentalmente pela subordinação histórica das mulheres em detrimento da posição assumida pelos homens nos espaços de produção, poder e decisão. Essa subordinação histórica se expressa em todos os âmbitos das relações sociais e constituição das estruturas, de modo a designar e qualificar os processos e atividades entre os gêneros:

Se foi configurando assim um poder sócio-político androcêntrico e excludente nas organizações humanas que, sem dúvida, começaram a valorizar, de maneira diferencial, processos e atividades socialmente necessárias e descrever umas (as mais valorizadas) aos homens e outras (as menos valorizadas) às mulheres. (SUÁREZ, 2008, p. 96, tradução nossa).

As assimetrias de gênero nas sociedades capitalistas principalmente nas questões relativas ao trabalho e seus desdobramentos configura o que chamamos de Divisão Sexual do Trabalho, em que determinados trabalhos são atribuídos a um gênero e/ou outros não são considerados como tal. Essa é uma condição na qual as mulheres de maneira geral são historicamente prejudicadas, pois os trabalhos relativos à casa como trabalho doméstico e cuidado com a família não eram (em alguns contextos ainda não o são) classificados como trabalho, e por conseguinte eram impedidas de realizarem trabalhos nos espaços públicos em função das “obrigações” domésticas (HIRATA; KERGOAT, 2010).

As nomeações são estreitamente influenciadas pela Divisão Sexual do Trabalho de ordem capitalista. Nesse sentido as mulheres rurais tiveram durante muito tempo suas tarefas e atividades deslegitimadas por não se enquadrarem na concepção de trabalho que pressupõe a exploração da classe trabalhadora e acumulação de capital (BARBOSA; SOARES, 2012). Por consequência, “não foram nomeados seus afazeres cotidianos. Não se falou do trabalho que realizam. Permaneceram no terreno do invisível, do que não existe.” (CERVERA; FRANCO, 2006, p. 36).

Apesar de não terem o reconhecimento social e familiar, as mulheres além dos trabalhos domésticos contribuem nas atividades típicas do campo juntamente com os homens, porém essa participação das mulheres era (é) invisibilizada recaindo aos

homens o mérito e os benefícios da produção. Embora elas desempenhassem (desempenham) pluriatividades sua participação era (é) considerada como “ajuda”, como salienta Sales (2007, p. 441):

ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas. Além dessas atividades que se concentram principalmente na casa e no quintal, elas ainda desenvolvem trabalhos no roçado, principalmente no período do plantio e colheita. (SALES, 2007, p. 441).

Os deslocamentos realizados pelas mulheres rurais possuem fundamental importância para esse movimento emergente que constitui o campo das novas ruralidades, pois são elas que: atuam na modificação da representação da mulher rural, contribuem para a manutenção da família no campo, realizam as atividades culturais/religiosas, articulam as redes de sociabilidade comunitária, encarregam-se da transmissão dos saberes tradicionais, preocupam-se com a garantia de estudos dos/as filhos/as, e fortalecem a transição para o modelo de agricultura orgânica (SUÁREZ, 2008; KARAM, 2004).

Apesar desses deslocamentos e modificações nos espaços rurais este ainda requer outras rupturas e transformações, sobretudo nos aspectos das relações de gênero, de modo a exigir para constituição de novas ruralidades a construção de novas relações sociais pautadas em princípios não sexistas. Visto que, no âmbito do trabalho as mulheres continuam as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e os trabalhos agrícolas de maior renda de responsabilidade dos homens.

As reflexões oriundas das concepções feministas contribuíram e contribuíram fortemente para tornar possível o posicionamento das mulheres enquanto trabalhadoras, cidadãs e participantes políticas. Tornando possível a articulação de espaços de empoderamento, entendido como “situado no campo das relações de gênero e pela luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos.” (CORDEIRO, 2004, p. 43).

A participação das mulheres nos espaços políticos e sociais não ocorre de forma pacífica, são obrigadas a negociar desenvolvendo estratégias no âmbito familiar e estarem exposta aos constrangimentos públicos como diz Cordeiro (2004, p. 140) “não só a família, mas também os (as) vizinhos (as) e a comunidade delimitam e restringem o ir e vir na área rural.”. Para as mulheres trabalhadoras rurais transitar pela comunidade é um aprendizado e uma conquista, ainda que não de forma plena.

As mulheres estiveram presentes nas principais pautas de luta dos movimentos do campo, dentre essas o direito de acesso à terra e pela reforma agrária, mesmo atuando ativamente nessas pautas não eram priorizadas com os benefícios dos Planos e Projetos da Reforma Agrária. A reivindicação por participação efetiva das mulheres nas políticas públicas e benefícios da reforma agrária foi bandeira da primeira Marcha das Margaridas no ano 2000 e da segunda Marcha em 2003.

Como resultado das reivindicações do movimento de mulheres organizado, o governo federal em 2003 por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) determina ser obrigatória a titulação conjunta, para o homem e a mulher quando casados, dos benefícios da reforma agrária. Essa conquista sinaliza o processo de construção de autonomia das mulheres, como aponta Sabatto (2009, p. 25):

A luta pela autonomia econômica das mulheres no campo passa também por suas reivindicações de garantia de acesso à propriedade da terra e de se beneficiarem do conjunto das políticas destinadas ao campo, como a de assistência técnica. (SABATTOS, 2009, p. 25).

Através da Instrução Normativa 38 do INCRA de 2007 é concretizado o direito a título de posse às mulheres assentadas e concedido os benefícios independente de seu estado civil, desvinculando a condição de esposa para o acesso aos direitos, com alteração do modelo de formulário para candidatar-se ao Programa Nacional de Reforma Agrária, sendo criado campos distintos para “Mulher Candidata” e “Homem Candidato” (INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 38, 2007).

Com a posse da terra tornam-se necessárias medidas para que as mulheres desenvolvam autonomia produtiva, como forma de subverter a lógica de gênero que determina as atividades produtivas para os homens e as “não produtivas” às mulheres, para isso cabe ao Estado desenvolver políticas públicas capazes de contribuir para emancipação econômica das mulheres trabalhadoras rurais, como determina o II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003. Essas medidas se fazem necessárias para o contexto capitalista em que a autonomia produtiva representa também o empoderamento individual e coletivo dessas mulheres.

3 Os Sentidos das Nomeações às Mulheres em Contexto(s) de Ruralidade(s).

Em uma análise orientada pela abordagem construcionista, que considera as interações sociais construídas a partir da linguagem, torna-se fundamental questionar e problematizar ideias e conceitos utilizados para classificar coisas e pessoas. Dessa

forma, propomos discutir os sentidos das nomeações atribuídas às mulheres em contexto rural, compreendendo que são resultados de um contexto histórico e cultural, e neste caso, fruto de necessidades políticas e identitárias.

Hacking (2001) utiliza o conceito de ideia para se referir às classificações gerais que são atribuídas aos elementos socialmente construídos, sendo que estas existem conforme uma matriz na qual motiva sua razão de existir. A partir dessa concepção entendemos que as classificações que são atribuídas às mulheres em contexto(s) de ruralidade(s) possuem como finalidade construir e atribuir sentido à identidade dessas mulheres. Nesse sentido as nomeações são produtos e produtoras de sentidos capazes de transformar experiências, “como consequência de serem classificadas desta maneira, as mulheres e suas experiências de si mesmas mudam quando são classificadas assim.” aponta Hacking (2001, p. 34, tradução nossa).

A identidade feminina é marcada por um conjunto de ideias construídas socialmente pela lógica patriarcal em que as mulheres são subjugadas, sendo subordinadas a relações assimétricas, desiguais e de exploração em relação aos homens. Desse modo, a organização política das mulheres para construção de outras identidades possíveis no(s) contexto(s) de ruralidade(s) representa um enfrentamento a essa lógica patriarcal e também uma afirmação política.

A construção de uma identidade política para as mulheres em contexto(s) de ruralidade(s) convoca-as a disputar o espaço público, que historicamente é um *campo* garantido aos homens, analisando a partir do conceito de campo para Bourdieu (1997, p. 57):

um espaço social estruturado, um campo de força - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exerce, no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de força. (BOURDIEU, 1997, p. 57).

É na agricultura orgânica que está representada a possibilidade de ruptura e deslocamento do fazer e ser das mulheres em meio ao campo rural, além de representar um modo de agricultura que assume compromissos – éticos, políticos, sociais, ambientais, etc – se propõe contrária à agricultura hegemônica com viés primordialmente em função do capital. Como relatam Gomes, Nogueira e Toneli (2016, p. 120) “a prática da agricultura orgânica inclui novas relações com o espaço, com a terra, com a comunidade e na produção.”, sendo que neste modelo “a mulher assume lugar diferenciado em todo processo, desde a produção até a comercialização.”.

Apesar da agricultura orgânica representar um movimento para o rompimento com os lugares secundários atribuídos às mulheres, é preciso cada vez mais ponderar esses aspectos e confrontar com as formas de opressões de gênero ainda muito presentes nas inter-relações dos espaços rurais. No I Congresso Nacional do MPA¹ (Movimento dos Pequenos Agricultores), o debate “Mulheres, Luta e Poder Popular” teve como eixo de discussão a “violência contra as mulheres, o protagonismo na proteção das sementes crioulas, a luta contra as multinacionais e contra os agrotóxicos”, evidenciando a constante necessidade de pensar a condição de opressão das mulheres e seu potencial transformador.

Os movimentos sociais possuem expressiva importância nas construções identitárias, na nomeação de novos sujeitos e na representação social destes. Os movimentos sociais inserem-se em determinados momentos e contextos históricos de forma que “caracterizam-se por ações coletivas criadas e organizadas com o intuito de propor mudanças em determinadas relações sociais ou preservá-las.” (DUARTE, LUSA, SILVA, 2011, p. 2). Nesse sentido, os movimentos sociais são construídos de forma a evidenciar as mazelas de dada estrutura de poder, e se oporem em uma organização coletiva às contradições existentes. Esses movimentos possuem em sua matriz situações de opressão e desigualdade compartilhadas, que impulsionam a busca de soluções coletivas para tais sofrimentos.

No contexto da América Latina, e especialmente do Brasil, vislumbramos a existência de inúmeros movimentos sociais organizados entorno de pautas relacionadas ao espaço rural, tanto de luta pela terra, quanto por formas de organização produtiva, o que nos coloca em um campo farto de contradições e disputas. Na esfera nacional temos por exemplo o Movimento de *Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) e Movimento dos *Pequenos Agricultores* (MPA). Dentre os movimentos sociais do campo com protagonismo de mulheres destacamos o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Nordeste (MMTR - NE) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). É a partir desses últimos que nos será possível fazer a discussão das nomeações relativas às mulheres em contexto(s) de ruralidade(s).

¹ O I Congresso Nacional do MPA reuniu mais de 4 mil camponesas e camponeses em São Bernardo, entre os dias 12 à 16 de outubro de 2015, com a pauta da aliança camponesa e operária por soberania alimentar. Esse espaço potente fez parte da imersão no campo de pesquisa.

Como mencionados anteriormente, os movimentos sociais que em sua constituição englobam homens e mulheres quando nomeados privilegia a figura masculina, esta não é uma característica exclusiva dos movimentos sociais, mas de responsabilidade da construção histórica e cultural da linguagem, e da organização social das relações. A linguagem, além de suas finalidades convencionais, possui como função a construção da realidade, através da qual criamos e interpretamos o mundo. De modo que:

a linguagem não é somente uma estrutura de vocabulários, não é simplesmente uma gramática com o objetivo de ensinar alguém a escrever ou falar, a linguagem é uma forma de vida que traz em si valores políticos e sociais formando uma visão de mundo. Esses valores oferecidos pela linguagem, explicitando sua não neutralidade, recaem sobre determinados grupos, como as mulheres, ponto nevrálgico deste trabalho. (RIBEIRO, 2014, p. 457).

Em contraposição a essa ordem instituída os movimentos sociais construídos e protagonizados pelas mulheres rurais realizam múltiplas subversões no imaginário conservador, ao se organizarem coletivamente em luta por direitos e se nomearem enquanto “trabalhadoras”, “camponesas” ou “agricultoras”, denunciam as invisibilidades históricas em que foram submetidas, propõem uma ruptura dos papéis de gênero e assumem posições empoderadas. Como veremos a seguir com as experiências dos movimentos MMA, MMTR-NE e MMC.

3.1 Mulheres agricultoras.

A década de 80 é marcada pela emergência dos movimentos protagonizados por mulheres rurais, com nomeações diferentes, porém objetivos semelhantes, sendo a luta pela visibilidade e reconhecimento do trabalho feminino como necessários para possibilidade de acesso aos direitos sociais e trabalhistas. Em Santa Catarina, no ano de 1986, é consolidado o Movimento de Mulheres Agricultoras, que articulavam gênero e classe para conquista de direitos trabalhistas e previdenciários (SALVARO; LAGO; WOLF, 2013).

A nomeação de mulheres agricultoras se produz pela necessidade de criação de uma identidade política com finalidade de conquistar reconhecimento profissional. De modo que “ao lutar por direitos sociais, por meio de determinada identidade, as mulheres produzem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras.” (SALVARO; LAGO; WOLF, 2013, p. 81). As autoras completam afirmando que, “a questão da busca

pela igualdade por meio da afirmação da diferença, então, é o que sustenta a construção da identidade “mulheres agricultoras” e que possibilitou (possibilita) o acesso a determinados direitos sociais.” (SALVARO; LAGO; WOLF, 2013, p. 82).

3.2 Mulher trabalhadora rural.

Na região nordeste do país, também no ano de 1986, nasce o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), na apresentação do movimento:

O MMTR-NE nasceu na década de 80 a partir das reflexões e do intercâmbio de trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba. Com o intuito de superar as dificuldades na relação de gênero, as feministas rurais desses dois estados realizaram um encontro que reuniu mulheres de todo o Nordeste e contribuiu para que, em 1986, o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste fosse construído. (<http://www.mmrne.org.br/quemsomos.html>, recuperado em 12 de fevereiro, 2016).

A nomeação mulher trabalhadora rural retoma as dimensões de gênero, classe e espaço, pois como aponta Barbosa e Soares (2012, p. 3), “com o capitalismo, rapidamente a sociedade moderna passou a compreender o trabalho como aquele exercido num espaço urbanizado, por um sujeito masculino, com uma carga horária determinada, ou seja, o trabalho assalariado.”. O MMTR-NE então se movimenta à subverter a lógica de trabalho capitalista e reivindica sua ressignificação, apresentando diferentes sentidos e modos de ser mulher, residir no espaço rural e ser trabalhadora.

Ao articular esses três aspectos na construção da identidade de mulher trabalhadora rural, as mulheres evocam o que até então não era nomeado, e por isso considerando como inexistente. Sobre o efeito da não nomeação ressaltam Cervera e Franco (2006, p. 36) aquilo que “não se nomeia, embora exista, passa ao terreno do invisível, do que não existe.”, portanto, é uma luta contra a invisibilização do ser e fazer das mulheres.

O movimento de mulheres ao se nomearem enquanto mulheres trabalhadoras rurais produzem uma nova concepção do que se pensa ser o “trabalho” ao mesmo tempo em que situa as mulheres na posição de trabalhadoras, sendo estes trabalhos tanto os trabalhos domésticos quanto os trabalhos agrícolas, realizando uma sucessão de rompimentos com as concepções tradicionais. Como destaca Cordeiro (2004, p. 97):

O que as mulheres procuravam demarcar é que, de forma intrincada e complexa, elas conjugam, na labuta diária nos sítios, os serviços domésticos, os cuidados com a família e o trabalho agrícola. Elas assinalam que diferentemente do homem, que se dedica inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres se desdobram entre os roçados, os terreiros e a casa para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. (CORDEIRO, 2004, p. 97).

Esses deslocamentos protagonizados pelas mulheres trabalhadoras rurais coloca a necessidade de questionar os tipos de trabalho, o volume e a qualidade dos trabalhos executados pelas mulheres. Pois os homens não acompanharam o movimento que as mulheres fizeram, não compartilhando as atividades domésticas, de modo a reiterar equivocadamente a concepção de que os trabalhos domésticos são obrigações naturalmente femininas. Contudo, as mulheres aproveitaram os espaços entendidos como domésticos para desempenhar atividades produtivas.

Além dos roçados, a casa e os terreiros funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas. São nesses espaços que elas realizam o processamento dos alimentos (feituas de queijos, manteigas e doces, por exemplo), a manufatura de diversos produtos (vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras), com o pomar e com a horta. (CORDEIRO, 2004, p. 98).

A identidade política e social de mulher trabalhadora rural ainda demandou um novo desafio para as mulheres, a disputa de espaço nos Sindicatos de *Trabalhadores Rurais*, que eram ocupados exclusivamente por homens. A participação das mulheres nos sindicatos foi (é) de suma importância, principalmente para servir como um instrumento de reivindicação, por mediar questões burocráticas como os programas de emergência. Além dos sindicatos serem espaços de representação e representar um espaço de poder, do qual as mulheres conquistaram através da luta.

3.3 Mulheres camponesas.

Em outro contexto histórico e político, após diversas conquistas e ainda tantas lutas em processo, no ano de 2004 as mulheres rurais de movimentos autônomos se reúnem para construir e consolidar o Movimento de Mulheres Camponesas. A construção da identidade política de mulheres camponesas tem por objetivo a unificação e construção de um movimento de mulheres rurais de abrangência nacional. Como apontam Salvaro, Lago e Wolf (2013, p. 84) “nesse contexto de lutas, a utilização da categoria camponesa remete a uma mudança conceitual e política, que unifica movimentos na e pela criação de uma identidade política comum.”.

Essa identidade política comum compreende a mulher para além das identidades políticas de agricultora e trabalhadora rural, para além da condição de posse da terra, de modo a incluir também na dimensão de mulheres, trabalhadoras, e de contexto rural, as “arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas.” (<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/43>, recuperado em 18 de janeiro, 2016).

Essa unificação expressa que as reivindicações das mulheres “extrapolam limites estaduais e regionais, envolvendo projeto popular para a agricultura, projeto popular para o Brasil, a ampliação dos direitos sociais e a participação política da mulher na sociedade” (Salvaro, Lago & Wolf, p. 87). Sobre essa inclusão as autoras ainda ressaltam:

a importância política dessa unificação e construção identitária, de acordo com os relatos citados, faz-se na direção da inclusão de outras mulheres na categoria sujeito de direitos, como uma política de identidade necessária para as reivindicações em nome das mulheres. (SALVARO; LAGO; WOLF, 2013, p. 86).

4 Oficina de Sentidos Como Metodologia de Pesquisa.

O delineamento metodológico da pesquisa foi pautado por princípios do método qualitativo, orientado pela abordagem teórico-metodológica de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano, conforme proposta de Spink (2004), que se alinha a pressupostos do construcionismo social, a processos de produção de conhecimento e à prática em pesquisa.

A Oficina de Sentidos tem sido um importante instrumento de coleta de dados como demonstra as pesquisas de Spink (2014) e Curado (2008). Com esse objetivo e também para termos contato com o grupo de mulheres assentadas utilizamos a oficina na presente pesquisa, o que nos permitiu uma maior possibilidade de compreensão do cotidiano das mulheres em contexto de ruralidade e a identificar elementos emergentes das novas ruralidades.

Para realização da Oficina com o grupo de mulheres foi necessário à adaptação ao contexto e a redefinição das atividades pela identificação da dificuldade de escrita das participantes, de modo que prezamos pela oralidade em momentos que previam a escrita. A oficina compreendeu quatro momentos: apresentação da oficina e registro de informações sobre as participantes; associação de palavras com o termo “assentamento”

(Atividade 1); relatos e discussão de vivências positivas e negativas no assentamento (Atividade 2); e estratégias de enfrentamento às dificuldades.

4.1 Análise da Oficina: Sentidos de Assentamento.

O primeiro contato com o grupo de mulheres “União das Amigas – Eldorado II” ocorreu em uma palestra realizada para estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, na base da UFGD em Sidrolândia, situada no assentamento Eldorado. Nesse evento parte do grupo de mulheres apresentaram suas produções artesanais e demais trabalhos, esse encontro marcou o início do diálogo com o grupo e a possibilidade de realização da oficina. Posterior a troca de contatos iniciou-se o processo de definir uma data para realizar a oficina. Houve um período de espera para conseguir viabilizar esse momento em função de fortes chuvas na região, o que apresentava um impedimento à ida ao assentamento devido às más condições da estrada.

No dia 12 de maio fomos (o pesquisador e a orientadora), até o assentamento como anteriormente negociado com o grupo. Não foi fácil a chegada à casa de uma das participantes, local que ocorrem as reuniões das mulheres e também onde realizamos a oficina, pois o modo de localização e conseqüentemente a maneira de referência de lugar no assentamento é diferente dos conhecidos nos espaços urbanos. As e os moradores/es do assentamento nomeiam as vias que cruzam a estrada como “travessão”, o que nos trouxe um pouco de dificuldade. A nossa espera havia sete mulheres do Grupo União das Amigas e a filha de uma das participantes.

No primeiro momento fizemos uma roda de apresentação para nos conhecermos, após isso apresentamos nossa proposta de pesquisa e como seria realizada a oficina. Depois das apresentações passamos para o preenchimento de uma ficha sociodemográfica para obtermos informações sobre as participantes, neste momento percebemos a dificuldade de escrita do grupo, característica que nos fez redefinir a oficina.

Um aspecto peculiar e que nos localiza na discussão das nova(s) ruralidade(s) foi o preenchimento do campo “ocupação” em que as mulheres se nomeiam como artista, aposentada/artesã, doméstica/artesã, agricultora, estudante, artesã/trabalhadora rural e artesã. E quando questionadas de quais trabalhos realizam nos apresentam uma

pluralidade de trabalhos exercidos cotidianamente como os trabalhos domésticos, o artesanato, do lote com as criações de animais e horta, e quando necessário fora do assentamento.

As mulheres participantes da Oficina possuem idades entre 21 e 69 anos, sendo que havia também a filha de uma delas de 12 anos. Em relação a escolaridade três concluíram o ensino médio, quatro com ensino fundamental incompleto e uma delas não frequentou a escola devido a sua condição de mulher, pois os pais não permitiram a aprendizagem da escrita com a justificativa de “não mandar cartinha para namorado”. Quanto ao perfil etnicorracial apenas uma se declarou negra, enquanto quatro como pardas e três como brancas.

A primeira atividade da oficina consistiu em entregarmos para cada uma das participantes uma folha A4 com a palavra “ASSENTAMENTO” no centro. Solicitamos a elas que escrevessem o que viesse à cabeça quando pensam em “assentamento”. A orientadora e o pesquisador auxiliaram as participantes que possuíam dificuldade em escrever, resultando em 48 palavras distintas associadas ao sentido de assentamento, como representada na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 (páginas 14-15): Oficina de Sentidos com mulheres assentadas, 2016.

Sentidos associados à palavra assentamento.	1	2	3	4	5	6	Total
1 – Estrada.	x	x	x	x	x	x	6
2 – União.	x	x	x	x			4
3 – Comunidade.	x	x	x				3
4 - Família.	x	x	x				3
5 – Artesanato.	x	x	x				3
6 – Saúde.	x	x	x				3
7 – Amizade.	x	x					2
8 – Felicidade.	x	x					2
9 – Alimentos.	x	x					2
10 – Amigas.	x	x					2
11 – Vaca.	x	x					2
12 – Hortas.	x	x					2
13 – Sossego.	x	x					2
14 – Paz.	x	x					2
15 – Transporte.	x	x					2
16 - Ausência de apoio.	x	x					2
17 – Escola.	x						1
18 – Pano.	x						1
19 – Vestido.	x						1
20 – Buraco.	x						1
21 – Tapete.	x						1
22 – Sociedade.	x						1
23 – Desenho.	x						1
24 – Gosto.	x						1
24 – Bom.	x						1
25 – Cavalo.	x						1
26 – Galinheiro.	x						1
27 – Filha.	x						1
28 – Frutas.	x						1
29 – Participação.	x						1
30 – Sítio.	x						1
31 – Grupo de Mulher.	x						1
32 – Pessoas.	x						1
33 – Porco.	x						1
34 – Campo.	x						1
35 – Estudo.	x						1
36 – Difícil.	x						1
37 – Gado.	x						1
38 – Criação.	x						1
39 – Galinha.	x						1
40 – Vizinho.	x						1
41 – Sofrimento.	x						1
42 – Natureza.	x						1
43 – Lar.	x						1
44 – Companheirismo.	x						1
45 – Trabalho.	x						1
46 – Intrigas.	x						1
47 – Plantação.	x						1
48 – Liberdade.	x						1

Dessa atividade apresentou-se uma polissemia de sentidos atribuídos à palavra assentamento, relacionadas a diferentes aspectos da vida cotidiana das mulheres assentadas: as características materiais do ambiente como porco, vaca, frutas, galinha, estrada, natureza, campo; atividades de trabalho realizadas por elas como plantação, artesanato, hortas, criação; sentimentos como bom, felicidade, gosto, sossego, paz, difícil, sofrimento, liberdade; e as relações interpessoais como família, amizade, união, filha, amigas, grupo de mulher, comunidade, vizinho, companheirismo e intrigas.

Os sentidos que tiveram maior frequência na Atividade 1 foram: estrada, união, comunidade, família, artesanato e saúde. Durante a oficina a discussão sobre a estrada ficou marcada por suas péssimas condições, o que dificulta o dia-a-dia das mulheres e da comunidade, desde a locomoção interna entre os lotes para o estabelecimento das relações entre a vizinhança, até a distribuição da produção e deslocamento para fora do assentamento. O acesso a saúde é outro aspecto de dificuldade da vida no assentamento, as mulheres denunciaram a falta de um posto de saúde próximo a seus lotes e as raras visitas de agentes de saúde em suas casas. A comunidade e a família são apresentadas como meios de solidariedade entre as assentadas, assim como o grupo de mulheres no qual elas são protagonistas, que promove a união entre as mulheres por meio do artesanato.

A segunda atividade, de relatos das vivências positivas e negativas consistiu nas participantes relatarem as experiências vividas no assentamento. Essa atividade foi gravada e posteriormente transcrita. Por meio da narrativa, as mulheres remontaram experiências passadas e articularam com o presente, tendo como ponto marcante a entrada no assentamento.

Esse momento da oficina teve como ênfase a expressão das dificuldades encontradas pelas mulheres no assentamento e também como um espaço para denunciar os problemas vivenciados. No que tange a saúde, as participantes relataram experiências pessoais em que precisaram de atendimento médico e encontraram dificuldade pela ausência de posto de saúde próximo e por não haverem meios de locomoção para se deslocarem até o posto, restando apenas a solidariedade entre as/os assentadas/os.

Participante 1: Quando a gente entrou sofreu muito sem água, sem travessão. O travessão é a estrada, nós chamamos de travessão, travessão 1, travessão 2, rua é

lá em Campo Grande (capital do estado). E tem o cascalho, que a gente chama, é a BR. Sem água, sem luz, doente, as vezes machucava por ai e não tinha nenhuma assistência para a gente. O posto aqui tiraram daqui e levaram lá para o fundão (assentamento vizinho), se tiver que morrer aqui morre. Não tem posto de saúde aqui, tiraram daqui e levaram para lá. Como que vai? Quem tem carro, quem tem moto vai.

Participante 2: Eu fiquei a noite toda com dor no rim porque eu tenho problema no rim, e ai estava chovendo não tinha como sair daqui, ai meu marido ficou ali na estrada, foi lá na Carla lá, né Carla? Ela não estava. Ai passou o ônibus ali ele parou, brecou o ônibus, me levou até a estrada pro meu genro me pega lá e leva pro hospital de Sidrolândia, chegando lá eu fiquei internada, se não fosse o ônibus talvez eu tinha até morrido.

Participante 7: Eu acho aqui bom, é muito bom, muita coisa a gente livra de comprar, só que no meu ponto de vista não tem recurso aqui, a gente não tem, a gente tem que andar 30 km para ir no posto, muitas vezes você chega lá não tem médico, você perde a viagem e ainda tem que pagar para chegar lá, mais perto é Sidrolândia só que muitas vezes eles não querem atender nós, então eu acho que devia ter um posto de saúde aqui para perto.

Participante 3: A agente de saúde vem uma vez na vida outra na morte.

Participante 4: Esse é o ponto mais crítico, a saúde aqui é o pior.

As denúncias narradas pelas participantes no eixo de saúde expressam a negação dos direitos contidos na legislação do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, principalmente no que se refere ao acesso às ações e serviços do SUS. Sendo expressa pela ausência do posto de saúde que atenda a população do assentamento, e pela não realização de visitas de agentes de saúde aos lotes.

Outro ponto crítico apresentado pelo grupo é a situação em que se encontram as estradas do assentamento, que inviabiliza a mobilidade das mulheres, da comunidade moradora do assentamento, assim como da produção:

Participante 5: Mais é quando chove porque não tem ônibus para ir para escola. Tem vez que fica até uma semana sem aula.

Participante 3: Entre uma lagoa e outra tem uns buracão e não da para passar.

A precariedade das estradas do assentamento prejudica a mobilidade das/dos assentadas/os no assentamento e para fora do assentamento. As más condições da estrada também dificultam o acesso a direitos como acesso à saúde e à educação, visto que para ter acesso a esses direitos é necessário o deslocamento por meio das estradas. Em períodos de chuva fica inviável a ida das/dos estudantes para as escolas, cerceando o direito e impedindo a experiência da educação escolar a estas/es.

Dentre as experiências positivas, ou como uma das participantes diz “o caso bom”, estão as ações coletivas dentro do assentamento e entre as mulheres:

Participante 4: Eu conto um caso bom. Chega de tristeza. O caso bom é que no início todo mundo tinha que sair para trabalhar fora porque não tinha renda, não tinha como investir no lote, aí de pouquinho e pouquinho a gente se reuniu num grupo para plantar horta, começou uma pessoa plantando cheiro verde para entregar em Campo Grande, aí começou a pedir para vizinho “planta um alface que eu levo também”. E hoje eu estou participando do grupo da horta, a gente está mais ou menos em 20 a 40 pessoas, e a gente já tem até um caminhão que leva nossos produtos para Campo Grande para vender. Então foi o meio que minha família achou de sobreviver aqui no assentamento sem precisar trabalhar para fora.

Participante 2: A gente não tinha, aí a gente formou esse grupo, estamos aqui e graças a Deus nosso grupo é grupo unido né, aí tem um curso, eles não dão o preparo para gente fazer, a gente se reúne para fazer o orçamento, cada um da uma quantidade, aí a gente faz o curso.

O grupo de mulheres é uma das alternativas coletivas que as assentadas construíram para ter uma vida melhor dentro do assentamento. Uma das responsáveis pela organização do grupo nos relatou que a ideia de criação do grupo teve origem em função da necessidade de enfrentar o adoecimento mental entre as mulheres, manifestada pelos sintomas de depressão. Além disso, o grupo de mulheres que tem como principal atividade o artesanato tornou-se um meio de geração de renda, o que potencializou a participação econômica das mulheres em seus lotes.

A última etapa da oficina teve como objetivo saber quais seriam as estratégias de enfrentamento às dificuldades apresentadas pelo grupo dentro do assentamento, as participantes já haviam esboçado alguns elementos de enfrentamento na atividade

anterior. A principal estratégia para enfrentar as dificuldades narrada pelas mulheres foi a de reivindicação ao poder público, mas que não se apresenta como uma estratégia eficaz pois possuem suas denúncias negligenciadas.

Participante 6: A gente vai lá em Sidrolândia procura alguém e reclama, as vezes vem, as vezes não vem, recebe um não na cara. As vezes fala que vai na semana que vem.

Participante 7: Muitas vezes você vai reclamar para o prefeito ele empurra para o INCRA, você vai no INCRA e o INCRA empurra para prefeitura, você fica sem saber onde você vai buscar socorro. A gente fica perdida, um empurra para o outro.

Participante 7: Essa associação que tem aqui dentro ajudou muito quando o pessoal estava acampado, que daí cada mês eles pegava um pouquinho de cada um. E depois que pegou lote não tão nem ai. No começo eles ajudaram muito, depois que pegou o lote a associação não tá nem ai.

As tentativas de enfrentamento às dificuldades por meio da reivindicação ao poder público desde a esfera municipal até a federal se apresentam ineficazes em função do jogo de *empurra-empurra*, no qual as distintas instâncias se abstêm da responsabilidade de servir e garantir o direito das/dos assentadas/os. Devido à ausência do Estado, a comunidade é convocada a construir suas próprias estratégias de enfrentamento por meio da ação coletiva e solidária, como a estratégia do grupo da horta que possibilitou às/aos assentadas/os uma via de geração de renda, que como uma das participantes relata foi responsável pela permanência da família no assentamento trabalhando na terra. Nesse sentido as estratégias de enfrentamento mais eficazes são as ações de solidariedade coletiva entre as/os próprias/os assentadas/os.

Percebemos com a oficina que o assentamento é um espaço complexo, heterogêneo e dinâmico, onde as/os assentadas/os produzem novas maneiras de viver em comunidade, ao mesmo tempo é também espaço aonde muitos direitos são negados e violados, que apesar de todas as dificuldades e problemas as/os assentadas/os constroem vias possíveis através da coletividade. Como uma das participantes da oficina diz “com as maiores dificuldades, mas todo mundo gosta daqui”.

Considerações Finais.

As reflexões em relação aos contextos rurais nos convidam ao entendimento da construção de diferentes formas de estar e vivenciar a(s) ruralidade(s). Em que as inter-relações são constantemente (re)criadas conforme as novas condições e necessidades. Dentro desse campo as mulheres lutam por visibilidade e novos espaços, que nem sempre são pacíficos e fáceis de serem negociados.

Os movimentos sociais e políticos do campo permitem a organização coletiva das mulheres para reivindicação de suas pautas, principalmente os quais são de auto-organização das mulheres. Condição importante para o avanço das demandas e empreendimento de novas lutas por reconhecimento e garantia de direitos historicamente negados, para tanto as estratégias de luta como a Marcha das Margaridas marcam esses posicionamentos.

Nessa perspectiva de luta e conquista por direitos percebemos que a utilização de distintas nomeações em diferentes períodos e contextos tem por objetivo a ressignificação da identidade política, rompimento com as invisibilidades de seus fazeres e a produção de novos sentidos em relação as mulheres em contexto(s) de ruralidade(s). Sendo essas nomeações expressas neste texto por: mulheres agricultoras, mulheres trabalhadoras rurais e mulheres camponesas.

A utilização do recurso metodológico da Oficina de Sentidos com o Grupo de Mulheres União das Amigas de Eldorado 2 nos possibilitou uma boa interação com o grupo, possibilitando também identificar aspectos importantes da vida cotidiana do assentamento, como a precária atuação do Estado na prestação dos serviços de saúde, educação e estrada (mobilidade), configurando uma violação a direitos essenciais. Por meio da Oficina percebemos também a emergência de novas maneiras de vivenciar o espaço rural e de novas construções identitárias através da identificação da maioria das mulheres do grupo enquanto artesãs, evidenciando a emergência das novas ruralidades.

Esse trabalho nos oportunizou conhecer um pouco das especificidades da(s) ruralidade(s), mostrando-nos o quanto precisamos avançar na compreensão e entendimento em relação ao reconhecimento de sua diversidade. A análise das nomeações e a concepção de ruralidades emergentes nos permitiu perceber a

complexidade e a necessidade das organizações coletivas para forjar novos sujeitos no empreendimento de construção de novos espaços com novas relações.

Referências

BARBOSA, C. L.; SOARES, L. M. Trabalho doméstico, trabalho desvalorizado, trabalho de mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: UFPB. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/284/126>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2003). II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1930.

CERVERA, J. P.; FRANCO, P. V. **Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende**. UNIFEM (ONU), 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 10 out. 2015.

CORDEIRO, R. L. M. **Além das secas e das chuvas: Os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão Central de Pernambuco**. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/A1%C3%A9m-das-secas-e-das-chuvas-os-usos-da-nomea%C3%A7ao-mulher-trabalhadora-rural.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

CURADO, J. C. **Gênero e os sentidos do Trabalho Social**. Campo Grande: UCDB, 2008.

DUARTE, A. K.; LUSA, G.M., & SILVA, N. M. Relações de gênero e lutas sociais: em busca de “espaços”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 6., 2012, Salvador. **Anais**. Salvador: UFBA. 2012. Disponível em: http://abeh.org.br/arquivos_anais/M/M003.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Revista Psicologia &**

Sociedade, Minas Gerais, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a05v26n3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

GOMES, R. C. M; NOGUEIRA, C; TONELLI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: Um mapeamento sobre gênero e ruralidade. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 28, n. 1, p. 115-124, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n1/1807-0310-psoc-28-01-00115.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

HACKING, I. **¿La construcción social de qué?** Barcelona: Paidós, 2001.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Instrução Normativa n. 38, de 13 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, n. 50, p. 57, 2007. Disponível em:
http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21704.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

MENEGAT, S. A. Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. In: FAZENO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira_Salete_Menegat_17.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

RIBEIRO, D. Linguagem, gênero e filosofia: qual o mundo criado para as mulheres? Uma abordagem wittgensteiniana. **Sapere Aude**, Minas Gerais, v.5, n. 9, p. 453-463, 2014. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/7674>. Acesso em: 10 out. 2015.

SABBATO, A, D; MELO, H. P; LOMBARDI, M. R; FARIA, N; BUTTO, A (Orgs.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010/4264> Acesso em: 10 out. 2015.

SALVARO, G. I. J; LAGO, M. C. S; WOLFF, C. S. Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000100010>. Acesso em: 10 out. 2015.

SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. (3a ed.). São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J; MENEGON, V.M; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia e Sociedade**, Minas Gerais, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

SUÁREZ, N. C. R. Procesos y dinámica rurales. Una lectura desde el enfoque de género. **Revista Luna Azul**, Colombia, v. 27, p. 94-103, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/luaz/n27/n27a07.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

Recebido: 5/11/2018. Aceito: 5/12/2018.

Sobre os autores e contato:

Lucas Luis de Faria - Estudante de graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Telefone: (67) 993372767.

E-mail: lucasluisf@outlook.com

Jacy Côrrea Curado - Professora Doutora do Curso de Graduação e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Contato: Universidade Federal da Grande Dourados, Reitoria, Faculdade de Ciências Humanas, Rodovia Dourados- Itahum KM 12, Jardim América, 79804970 - Dourados, MS – Brasil - Telefone: (67) 34102265 - URL da Homepage: ufgd.edu.br

E-mail: jacycc@terra.com.br